

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GENERAL
CÂMARA/RS**

**Edital de Pregão Eletrônico nº 037/2020
Processo Licitatório nº 112/2020**

DIPESUL VEÍCULOS LTDA., com sede na Rodovia BR386, KM 445,5, nº 950, Bairro São Luís, na cidade de Canoas/RS, CEP: 92.420-047, inscrita no CNPJ sob nº 90.576.356/0001-60, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO** referente ao **Edital de Pregão Eletrônico nº 037/2020**, em conformidade com as razões que seguem:

Trata-se a requerente de concessionária de caminhões da marca Volvo, com atuação na totalidade do estado do Rio Grande do Sul. Nesta condição, a requerente pretende ofertar seus produtos no Pregão Eletrônico nº 037/2020.

**I. DO OBJETO DA IMPUGNAÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
LEGAIS**

O Edital integrante do processo licitatório promovido pelo Município de General Câmara visa à aquisição de um "*Caminhão 6x4 0KM 2020 Caçamba*". Contudo, o mencionado edital encontra-se eivado de flagrante nulidade que acarreta na pronta exclusão do produto a ser ofertado pela impugnante, conforme restará demonstrado no decorrer da presente impugnação.

O edital especifica o bem a ser adquirido da seguinte forma:

01 Caminhão novo, zero quilômetro, ano de fabricação e modelo 2020, tração 6x4 (seis por quatro), motor movido à óleo diesel com no mínimo 06 (seis) cilindros, turbo alimentado, com potência mínima de 285 Cv e 1120 Nm de torque, direção hidráulica integral, horímetro, caixa de câmbio com no mínimo 09 (nove) marchas à frente e 01 (uma) à ré, embreagem reforçada para trabalhos severos com diâmetro mínimo de 430mm, pneus radiais 275/80 R22.5 "uso fora de estrada", banco do motorista à ar, bancos do motorista e passageiros revestidos em vinil para fácil limpeza, protetor dos faróis dianteiros com grade de ferro, ar condicionado e tomada-de-força original de fábrica, pintura branca, **cabine estendida, janela na parede traseira da cabine**, espelho convexo lado do passageiro, alarme de ré e equipado com caçamba basculante com capacidade de no mínimo de 12 metros cúbicos, estrutura com cantos arredondados, dimensões internas de 4,85 metros de comprimento, 2,40m de largura e 1030 mm de altura, assoalho em chapa ¼ e laterais em chapa 3/16, construída em aço estrutural, com costelas em perfil "U" envolvendo o fundo e laterais, acabamento com aplicação de fundo anticorrosivo, sistema de levante hidráulico com um (01) cilindro frontal, bomba hidráulica, reservatório de óleo, protetor de cabina pintada e instalada no veículo, com nota fiscal e primeiro emplacamento em nome da Prefeitura Municipal de General Câmara - Rs. (grifamos)

Ocorre que, da análise da descrição do bem a ser adquirido, verifica-se que os veículos de apenas uma marca são capazes de atender tal descritivo.

O edital limita o acesso ao certame, visto que ao estabelecer a necessidade de cabine estendida com janela na parede traseira da cabine, aceita apenas o caminhão fabricado pela montadora Mercedes Benz, excluindo, por completo, todos os caminhões fabricados pelas demais montadoras.

Gize-se que a Mercedes Benz é a única montadora que fabrica caminhões com a cabine estendida, sendo que os veículos fabricados pelas demais montadoras do segmento, ou possuem cabine curta, ou cabine leito.

Portanto, a única montadora capaz de fornecer um veículo com cabine estendida, especialmente com janela na parede traseira da cabine é a Mercedes Benz.

Com efeito, a mencionada exigência claramente viola os princípios da igualdade, da ampla competição e da razoabilidade exigidos em quaisquer licitações, merecendo ser acolhida a impugnação para decretação de nulidade do edital.

Nesse sentido, o artigo 3º, §1º da Lei de Licitações prescreve a nulidade de todas as cláusulas restritivas do caráter competitivo da licitação:

Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º - **É vedado aos agentes públicos:**

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, **cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo** e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

Ou, conforme leciona Hely Lopes Meirelles, "a igualdade entre os participantes é o princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento dos outros, quer mediante julgamento faccioso" (Direito Administrativo Brasileiro – p. 249).

Em verdade, o que se passa no presente certame, de acordo com a atual redação do Edital, é a frustração do caráter competitivo por meio de condição que impõe uma irrazoável barreira à participação da quase totalidade dos licitantes, que, não fosse por tal óbice, ostentariam condições de disputa. Afinal, somente um licitante detém condições de participar do certame, ou seja, Mercedes-Benz.

Nesse sentido, necessário salientar que a frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, nos termos do disposto no artigo 90 da Lei nº 8.666/93, inclusive, constitui crime punível com pena de detenção de dois a quatro anos, além de multa:

Art. 90. **Frustrar ou fraudar**, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, **o caráter competitivo do procedimento licitatório**, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - **detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.**

Deste modo, forçoso referir, ainda, que o objeto disposto no Edital se encontra eivado de nulidade, uma vez que viola os mais basilares princípios da Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal¹, especialmente da moralidade e da eficiência, ao passo que afronta o princípio licitatório da ampla competitividade.

Ressalte-se que, caso de fato referidas exigências fossem indispensáveis, justificando a individualização do objeto nos moldes constantes no edital, tratar-se-ia de hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso

¹ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I, do artigo 25 da Lei 8.666/93, modalidade que possui procedimento e requisitos próprios.²

O que não se pode admitir é limitar acesso ao certame, criando condições em que apenas um licitante poderia participar, culminando em verdadeira ofensa ao princípio da ampla competitividade do processo licitatório.

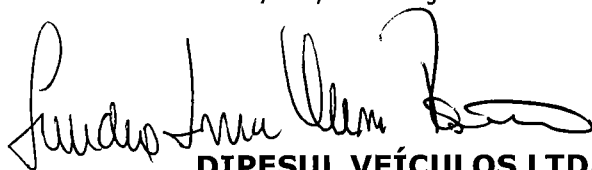
Assim, considerando-se que a atual redação do edital frustra, por completo, o caráter competitivo do processo licitatório, a fim de evitar ofensa à lei, requer seja acolhida a presente impugnação, para declarar a nulidade do edital.

III. REQUERIMENTO

Diante do exposto, respeitosamente, requer seja acolhida a presente impugnação para declarar a nulidade do Pregão Eletrônico nº 037/2020

Nesses termos,
Pede deferimento.

Canoas/RS, 26 de junho de 2020.



DIPESUL VEÍCULOS LTDA

CNPJ n. 90.576.356/0001-60

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I – para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes";